

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.1 • 2023 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2023v10n1p456-478



## PERCEPÇÕES DO CONTRIBUTO DA ZONA ECONÔMICA ESPECIAL DE NACALA NA CRIAÇÃO DE EMPREGO PARA AS COMUNIDADES LOCAIS

PERCEPTIONS OF CONTRIBUTION OF NACALA SPECIAL  
ECONOMIC ZONE TO JOB CREATION FOR LOCAL COMMUNITIES

PERCEPCIONES DE LA CONTRIBUCIÓN DE LA ZONA ECONÓMICA  
ESPECIAL DE NACALA A LA CREACIÓN DE EMPLEO PARA LAS  
COMUNIDADES LOCALES

Amélia David Machava<sup>1</sup>

Samuel António Quive<sup>2</sup>

## RESUMO

As Zonas Econômicas Especiais (ZEE) têm sido consideradas instrumento de desenvolvimento socioeconômico, levando em conta a sua contribuição na atração de investimento direto estrangeiro, na criação de emprego e na promoção do crescimento econômico inclusivo. Os países que criam zonas econômicas especiais esperam registrar aumentos na oferta de emprego para a população local. No entanto, o objetivo de criação de emprego para os cidadãos que vivem nessas zonas pode não ser alcançado se os indivíduos não estiverem suficientemente escolarizados ou formados, pois as empresas em regime de ZEE utilizam tecnologias de ponta que exigem uma mão de obra qualificada e especializada. Diante deste contexto, o presente estudo visa analisar o contributo das empresas da Zona Econômica Especial de Nacala (ZEEN) na criação de emprego para as comunidades locais no período de 2009-2020. A base empírica deste estudo é constituída por depoimentos de residentes de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha sobre a oferta de emprego pelos projetos da ZEEN. Com base numa abordagem mista, o estudo revela que a ZEEN não tem promovido a empregabilidade da maioria dos residentes nativos de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha, visto que a maior parte das empresas exige mão de obra qualificada e especializada, que é bastante rara entre os membros das comunidades locais. O estudo sugere que, por um lado, os residentes locais poderiam aproveitar as dinâmicas de emprego indireto criadas pela ZEEN, apostando mais na criação de pequenas associações, cooperativas e micro, pequenas e médias empresas, o que seria uma forma de participarem ativa e efetivamente das oportunidades resultantes da implantação da ZEE da região. Por outro lado, o Governo deveria apostar mais na criação de programas de formação técnico-profissional especializados e certificados para a promoção do capital humano.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Zona Econômica Especial de Nacala. Emprego. Comunidades Locais. Moçambique.

## **ABSTRACT**

Special Economic Zones (SEZs) have been considered an instrument of socioeconomic development, taking into account their contribution to attracting foreign direct investment, creating jobs and promoting inclusive economic growth. Countries that create SEZs expect to see increases in employment for the local population. However, the goal of job creation for citizens living in these areas may not be achieved if individuals are not sufficiently educated or trained, as companies operating in ZEEs use cutting-edge technologies that require a skilled workforce and specialized. In this context, this study aims to analyze the contribution of companies in the Nacala Special Economic Zone of Nacala (NSEZ) in job creation for local communities in the period 2009-2020. The empirical basis of this study consists of testimonials from residents of Nacala-Porto and Nacala-a-Velha about the job offers offered by NSEZ projects. Based on a mixed approach, the study reveals that NSEZ has not promoted the employability of most native residents of Nacala-Porto and Nacala-a-Velha, since most companies require a skilled and specialized workforce, which is quite rare among members of local communities. The study suggests that, on the one hand, local residents could take advantage of the indirect employment dynamics created by NSEZ, betting more on the creation of small associations, cooperatives and micro, small and medium-sized companies, which would be a way for them to participate actively and effectively of the opportunities resulting from the implementation of the SEZ in the region. On the other hand, the Government should invest more in the creation of specialized and certified technical-professional training programs for the promotion of human capital.

## **KEYWORDS**

Nacala Special Economic Zone. Job. Local Communities. Mozambique.

## **RESUMEN**

Las zonas económicas especiales han sido consideradas un instrumento de desarrollo socioeconómico, teniendo en cuenta su contribución a la atracción de inversión extranjera directa, la creación de empleo y la promoción del crecimiento económico inclusivo. Los países que crean Zonas Económicas Especiales (SEZ) esperan ver aumentos en el empleo para la población local. Sin embargo, el

objetivo de creación de empleo para los ciudadanos que viven en estas áreas puede no lograrse si los individuos no están suficientemente educados o capacitados, ya que las empresas que operan en las ZEE utilizan tecnologías de punta que requieren una mano de obra calificada y especializada. En este contexto, este estudio tiene como objetivo analizar la contribución de las empresas de la Zona Económica Especial de Nacala (ZEEN) en la generación de empleo para las comunidades locales en el período 2009-2020. La base empírica de este estudio consiste en testimonios de residentes de Nacala-Porto y Nacala-a-Velha sobre las ofertas de trabajo ofrecidas por los proyectos ZEEN. Basado en un enfoque mixto, el estudio revela que ZEEN no ha promovido la empleabilidad de la mayoría de los residentes nativos de Nacala-Porto y Nacala-a-Velha, ya que la mayoría de las empresas requieren una mano de obra calificada y especializada, lo que es bastante raro entre los miembros de las comunidades locales. O estudio sugiere que, por un lado, los vecinos podrían aprovechar la dinámica de empleo indirecto creada por ZEEN, apostando más por la creación de pequeñas asociaciones, cooperativas y micro, pequeñas y medianas empresas, que serían una vía para que participen activa y efectivamente de las oportunidades que se deriven de la implementación de la ZEE en la región. Por otro lado, el Gobierno debería invertir más en la creación de programas de formación técnico-profesional especializados y certificados para la promoción del capital humano.

## PALABRAS CLAVE

Zona Económica Especial de Nacala; empleo; comunidades locales; Mozambique.

## 1 INTRODUÇÃO

As zonas econômicas especiais têm sido consideradas instrumento de desenvolvimento socioeconômico, levando em conta a sua contribuição na atração de investimento direto estrangeiro, na criação de emprego e na promoção do crescimento econômico inclusivo. Os países que criam zonas econômicas especiais esperam registrar aumentos significativos na oferta de emprego para a população local. No entanto, estudos sobre a contribuição de ZEEs na criação de emprego têm gerado resultados aquém das expectativas relativamente à promoção de emprego para os cidadãos nativos dessas zonas.

Um grupo de estudos (JAYANTHAKUMARAN, 2003; BLOMSTRÖM e KOKKO, 1998, entre outros) mostra que a oferta de emprego criado pelas empresas de zonas econômicas especiais registra aumentos significativos em benefício da população local, valorizando, deste modo, o capital humano. Entretanto, um outro grupo de estudos defende que a contribuição das ZEE na criação de emprego pode não satisfazer a maioria das comunidades locais, dado que as empresas das ZEE utilizam tecnologias de ponta que exigem uma mão de obra qualificada e especializada (FAROLE; SHARP, 2017; SANTOS, 2013).

Os estudos sobre o emprego nas ZEE denotam a ausência da percepção dos membros das comunidades locais sobre esta temática. A literatura sobre as oportunidades do emprego de ZEE centra-se:

(i) nas questões de sucessos e insucessos na criação de postos de emprego a partir de dados oficiais das organizações de pesquisa (UNCTAD, 2018; BOYENGE, 2007); (ii) na avaliação do impacto da oferta de emprego em ZEE e redução da pobreza, através de entrevistas direcionadas aos gestores das empresas das ZEE (AGGARWAL, 2007); e (iii) na análise dos efeitos trabalhistas das ZEE em comparação com as indústrias domésticas locais (KUSAGO; TZANNATOS, 1998).

Como resultado, as análises das pesquisas feitas trazem aspetos econômicos e excluem a percepção dos indivíduos quanto ao fenômeno que se manifesta no campo da contribuição das ZEE para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. A percepção dos indivíduos não é estática, mas sim, um processo cognitivo, subjetivo, que resulta das suas reflexões baseadas no sexo, na idade, no nível de escolaridade, nas suas origens, nos seus recursos econômicos, nos seus valores e nas suas crenças, conjugadas com as posições e os papéis desempenhados por estes indivíduos. Esta percepção sofre modificações sociais trazidas pelo impacto do desenvolvimento, pelas mudanças na vida quotidiana e pessoal e pelo surgimento de uma sociedade pós-industrial (GIDDENS, 1991).

O presente estudo integra aspetos referentes ao contributo da Zona Económica Especial de Nacala na promoção de emprego para as comunidades locais residentes em Nacala-Porto e Nacala-a-Velha. O estudo procura responder à pergunta relativa à percepção que os indivíduos de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha têm sobre o contributo da ZEEN na criação de oportunidades de emprego para as comunidades locais, visando analisar se as empresas da ZEEN contribuíram na criação de emprego para estas comunidades no período de 2009-2020. A base empírica deste estudo é constituída por depoimentos de residentes de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha sobre a oferta de emprego pelos projetos da ZEEN. Para o alcance do objetivo proposto, recorreu-se a uma abordagem mista do tipo sequencial explanatória.

Estruturalmente, o trabalho está subdividido em seis subtemas. O primeiro subtema faz referência à introdução, onde se apresenta a contextualização do estudo, a pergunta de partida, o objetivo, a metodologia da pesquisa e a estrutura do texto. O segundo subtema traz as abordagens teóricas referentes às oportunidades de emprego direto e indireto promovido pelas empresas das zonas económicas especiais. Como parte integrante do referencial teórico, aponta quais são as zonas económicas especiais de Moçambique e, de forma particular, descreve sua localização, as características e as oportunidades de emprego criadas pelas empresas da Zona Económica Especial de Nacala no período em análise. O terceiro subtema versa sobre a metodologia usada na pesquisa. O quarto subtema faz referência aos resultados da pesquisa. O quinto subtema apresenta as conclusões do estudo e o último e sexto subtema apresenta a bibliografia consultada.

## 2 AS OPORTUNIDADES DE EMPREGO NAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS

As Zonas Económicas Especiais têm sido tomadas como instrumento catalítico no crescimento e na mudança estrutural dos países que as adotam. Estes países, em troca, esperam que a criação de ZEE, além de atrair investimentos, contribua para a criação de oportunidades de emprego em benefício dos residentes das zonas abrangidas. A contribuição das ZEE na criação de emprego pode ocorrer

através de empregos diretos e/ou empregos indiretos. Consideram-se empregos diretos os derivados diretamente das atividades econômicas dentro da zona econômica especial, enquanto os empregos indiretos são aqueles derivados das atividades econômicas que sustentam as diferentes empresas da zona econômica especial.

## 2.1 O EMPREGO DIRETO

Autores, como Singh (2004), Jayanthakumaran (2003), Blomström e Kokko (1998), Chen (1993), afirmam que países com ZEE registram aumentos significativos de oferta de emprego para a população local. Para estes autores, o emprego traz benefícios sociais e econômicos, e, além disso, há valorização do capital humano nacional, tendo em vista que a mão de obra não qualificada previamente se beneficia de formação técnico-profissional, como nos casos das ZEE da República Dominicana, das Ilhas Maurício, da Coreia, de Taiwan, da China, de Honduras, de El Salvador, de Madagascar e, recentemente, de Bangladesh e do Vietnã.

Entretanto, o sucesso na oferta de emprego para as comunidades oriundas das localidades abrangidas pelos projetos das ZEE não se verifica em todos os casos de implementação de ZEE conhecidos.

Na década de 1990, a República do Quênia experienciou fracassos na implementação do modelo de ZEE, ainda sob a designação de Zona de Processamento de Exportação. Nessa altura, o governo queniano chegou a gastar cerca de 514 milhões de dólares, equivalente a 40 bilhões de xelins quenianos, para a promoção de ZEE, incluindo parques industriais (JAUCH, 2002). A título de exemplo, a ZEE em Mombasa, nos primeiros dez anos da sua implementação, aprovou apenas 27 empresas, de acordo com a *International Labour Organization* (ILO) (BOYENGE, 2007).

Entretanto, o fracasso vivenciado pelo Governo queniano na implementação de modelo de ZEE possibilitou a aprovação da visão 2030, com vistas a alcançar o objetivo planejado na implementação desta política, que se baseia em três principais pilares de desenvolvimento, nomeadamente: econômico, social e político. O resultado dessa abordagem tem trazido resultados encorajadores para as empresas do setor de vestuário. Já em 2020, o Quênia havia criado 61 ZEE, o que o tornou o país africano com maior número de ZEE.

A República do Senegal estabeleceu a sua primeira zona econômica especial em Dakar em 1974. Em 1999, vinte e cinco anos após a sua criação, a zona foi encerrada (MADANI, 1999). Na época do seu encerramento, a Zona Econômica Especial de Dakar tinha apenas 14 empresas ativas, com somente 940 postos de empregos criados. A área da indústria, do turismo, do comércio e de prestação de serviços eram as principais atividades desenvolvidas na ZEE de Dakar.

Na América Central, as Zonas Econômicas Especiais da Guatemala dificilmente poderiam corresponder às expectativas, pois tinham apenas nove empresas que empregavam cerca de 1.400 trabalhadores até ao final da década de 1990 (JENKINS; LARRAIN; ESQUIVEL, 1998).

As falhas na promoção de emprego para as comunidades locais podem ser atribuídas, segundo Farole (2011), ao fracasso da política de ZEE em oferecer um pacote abrangente de infraestruturas de classe mundial, à qualidade da governança, à má gestão, à corrupção, à má localização e aos incentivos fiscais atraentes, aspetos cruciais para atraírem investimentos para as ZEE. Para Farole e

Sharp (2017), o objetivo da criação de emprego para as comunidades locais pode não ser alcançado por várias economias, pois as empresas de ZEE utilizam tecnologias de ponta que exigem uma mão de obra qualificada e especializada.

Também Santos (2003), ao se referir ao desenvolvimento das regiões, via empresas que operam em regime de ZEE, comenta que estas, ao utilizarem alta tecnologia, são incapazes de oferecer empregos suficientes à população local para eliminar a pobreza e criar um ambiente de desenvolvimento da região.

Além disso, a ILO (BOYENGE, 2007) afirma que os postos de empregos criados em ZEE não são a adição líquida aos existentes, pois substituem os empregos antigos fora de ZEE. Para alguns países pode haver, portanto, um efeito de postos de empregos líquidos insignificante dentro das zonas econômicas especiais. Como forma de cobrir o déficit, os países com ZEE têm promovido o emprego indireto através de setores que têm ligação com as empresas da zona. É o caso de setores como: transportes, serviços bancários, comunicação, hotelaria e turismo, para citar alguns exemplos.

## 2.2 O EMPREGO INDIRETO

O emprego indireto parece constituir um complemento ao emprego direto criado pelas empresas que operam nas ZEE. As experiências de vários países mostram essa realidade. Segundo a ILO (BOYENGE, 2007), cerca de 174.000 postos de empregos indiretos foram criados pelas empresas maquiladoras em Honduras, onde, na época, a força de trabalho nas zonas econômicas especiais era inferior a 50.000 postos de emprego. De igual forma, o número de postos de empregos indiretos na ZEE de Katunayake, no Sri Lanka, foi três vezes maior do que o número de postos de empregos dentro da zona econômica especial. Portanto, as oportunidades de emprego fora de ZEEs chegam a ser maiores do que a oferta de emprego dentro de uma zona econômica especial.

Ainda na perspectiva da ILO (BOYENGE, 2007), o número de produtores locais de embalagens, no Sri Lanka, cresceu significativamente, e eles passaram a desempenhar um papel importante no fornecimento desses materiais para as empresas de ZEE. A oferta de empregos indiretos da ZEE de Masan, na República da Coreia, por exemplo, teve um aumento substancial de cerca de 15%, quando comparada com a oferta de emprego direto criado dentro da zona (BOYENGE, 2007).

As oportunidades de emprego indireto são, na sua maior parte, geradas para a mão de obra não qualificada. No entanto, o efeito indireto do emprego de ZEE depende de retrocesso e avanço nas ligações das empresas em regime de ZEE com os fornecedores locais de matérias-primas e outros insumos necessários à implementação da zona.

Como já destacado anteriormente, Santos (2003) refere que as ZEE são implantadas em regiões pouco desenvolvidas e a população que vive nestes locais tem baixo nível de escolaridade, mas as empresas usam altas tecnologias, fato este que não sincroniza com as capacidades e habilidades da população local. Entretanto, mesmo nessas condições, a população local pode aproveitar as dinâmicas de emprego indireto criadas pelas ZEE. Neste sentido, Jesus (2016) comenta que o aproveitamento das dinâmicas do emprego indireto, com vistas à promoção do capital humano, pode ser incentivado pela criação de cooperativas, micro, pequenas e médias empresas como forma de participação ativa e efetiva dos nativos nas oportunidades resultantes da implantação de projetos de desenvolvimento local.

Apesar de as ZEE terem como objetivo a oferta do emprego para a população local, há um efeito de postos de emprego líquido insignificante dentro de uma zona econômica especial. A experiência parece mostrar que a mão de obra local não absorvida dentro de uma ZEE tem encontrado oportunidade de emprego fora da ZEE. No entanto, para que isso aconteça é necessário que haja ligações entre as empresas em regime de ZEE e os fornecedores locais de matérias-primas e outros insumos para a implementação de uma zona econômica especial.

Acredita-se que, levando em consideração todos estes aspectos, o estudo realizado, tanto do ponto de vista acadêmico quanto do ponto de vista político, é de extrema importância. Em relação aos acadêmicos, o estudo levanta questões como, por exemplo, a de se saber até que ponto, na percepção dos indivíduos abrangidos pelo projeto da ZEEN, este contribui na criação de oportunidades de emprego para as comunidades locais. Para os políticos, a partir das experiências válidas de diversos países, o estudo reflete sob a forma como a ZEEN pode contribuir na oferta de emprego para os locais.

### 2.3 AS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS EM MOÇAMBIQUE

Inspirado no modelo de desenvolvimento da China, Moçambique tem apostado na criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) como um instrumento catalítico para o crescimento econômico e a mudança estrutural em regiões consideradas economicamente atrasadas. O interesse ressurgiu nos anos de 2005 e 2006, quando uma missão de 25 técnicos de diferentes ministérios deslocou-se àquele país a fim de aprender, compreender toda a estrutura de funcionamento e implementação do modelo de ZEE.

Nesse contexto, atualmente, o país conta com um total de sete ZEE distribuídas em várias regiões do território nacional, nomeadamente: ZEE de Manga-Mungasse, ZEE de Crusse & Jamali, ZEE de Mocuba, ZEE de Ute, ZEE de Agronegócio de Limpopo, ZEE de Macaneta e ZEE de Nacala. Os detalhes da ZEE de Nacala serão descritos a seguir.

O quadro legal de operacionalização de ZEE de Moçambique está consagrado no Regulamento da Lei de Investimentos. Este Regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 43 de 21 de agosto de 2009, que estabelece os procedimentos de criação, licenciamento e gestão, bem como os regimes especiais aplicáveis (regime fiscal e aduaneiro, regime laboral, regime migratório e regime cambial). O Regulamento citado alinha-se com as práticas internacionais neste domínio.

O Código de Benefícios Fiscais aplicáveis ao Investimento em Moçambique foi aprovado pela Lei nº 4, de 12 de janeiro de 2009. Entre os benefícios fiscais e aduaneiros específicos para as ZEE destacam-se: (i) a isenção de direitos aduaneiros na importação de materiais de construção, máquinas, equipamentos, acessórios, peças sobressalentes e acompanhantes e outros bens; (ii) a isenção do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) nos primeiros cinco exercícios fiscais; (iii) a redução da taxa do IRPC em 50%, do 6º ao 10º exercício fiscal; e (iv) a redução da taxa do IRPC em 25%, pela vida útil remanescente do projeto.

### 2.4 A ZONA ECONÔMICA ESPECIAL DE NACALA E A SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A Zona Econômica Especial de Nacala (ZEEN) localiza-se na Costa Oriental de África, mais precisamente ao norte de Moçambique, na Província de Nampula, a uma distância de cerca de 200 km

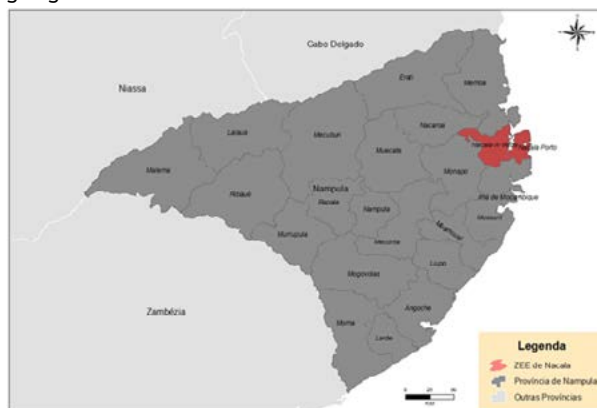
da cidade que é capital da Província de Nampula. Está situada ainda, ao Norte, a 500 km, em linha reta, da fronteira com a Tanzânia; ao Sul, a 1800 km da fronteira com a África do Sul; a Oeste, a cerca de 620 km da fronteira com o Malawi; e a Leste, tem o Oceano Índico. A ZEEN ocupa uma extensão de 1.539 km<sup>2</sup>, tem cerca de 300 mil habitantes e abrange as áreas geográficas dos Distritos de Nacala Porto e Nacala-a-Velha.

Aprovada pelo Decreto nº 76, de 18 de dezembro de 2007, a criação da ZEEN visa incrementar a capacidade produtiva, através de elevação e diversificação das exportações, melhorar a balança comercial e alargar a base tributária por meio da cobrança de impostos.

Adicionalmente, a ZEEN objetiva criar postos de trabalho, elevar a qualificação profissional da mão de obra nacional, melhorar o abastecimento do mercado interno, satisfazer as necessidades prioritárias e indispensáveis das populações, bem como implantar, reabilitar, expandir e modernizar as infraestruturas econômicas destinadas à exploração da atividade produtiva (alínea Z, do artigo 1 e alíneas (a), (d) e (i) do artigo 7 da Lei nº 3, de 24 de junho de 1993).

A ZEEN é a primeira a ser criada no país e ocupa uma extensão territorial de cerca de 1.539 km<sup>2</sup> abrangendo os Distrito de Nacala Porto e Nacala-a-Velha, na província de Nampula, ao norte de Moçambique (FIGURA 1). É uma zona econômica especial aberta e de gestão pública, por estar nas proximidades urbanas e ser adjacente a um porto, o que faz da zona o corredor com outras províncias e outros países. A indústria têxtil e de confecção, couro e curtume, construção, produção de materiais de construção, cimento e ferro, indústria cerâmica, montagem de máquinas e linhas de produção e prestação de serviços são as atividades desenvolvidas na ZEEN.

**Figura 1** – Localização geográfica da ZEEN



Fonte: INE (2022).

Além de sua localização privilegiada e de ser um porto de águas profundas, com acesso aos países da Região da Comunidade e Desenvolvimento da África Austral (SADC), Índia, África Central e Oriental, da disponibilidade de terra para os investimentos imobiliários e outras infraestruturas econômicas e sociais recentemente construídas, a ZEEN dispõe, em abundância, de mão de obra jovem e fa-



cilmente adaptável. De acordo com a Agência para Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX, 2022), a ZEEN é ponto estratégico para se instalar indústrias de processamento de hidrocarbonetos e para viabilizar a atividade industrial de processamento de madeira, dadas as potencialidades locais.

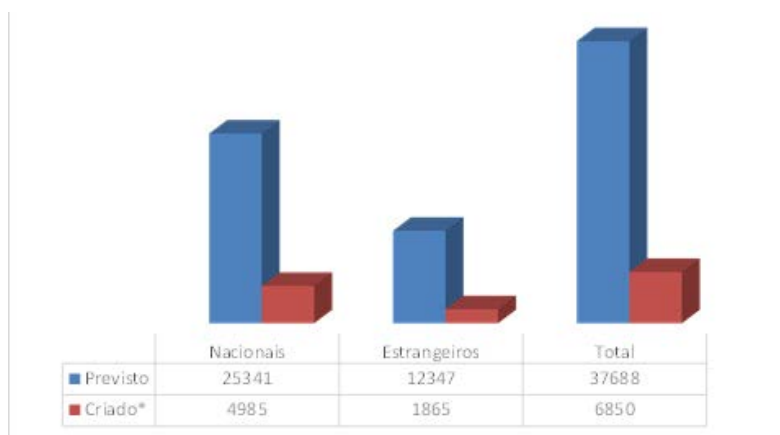
Os distritos abrangidos pela ZEEN, de acordo com o Censo de 2017, têm uma densidade populacional de cerca de 409.262 habitantes, sendo 197.533 do sexo masculino e 211.729 do feminino. Entre os residentes da ZEEN incluem-se indivíduos oriundos de distritos fora da ZEEN e estrangeiros (MOÇAMBIQUE, 2017). A população da ZEEN tem como principais atividades econômicas a agricultura familiar, a pesca artesanal e o comércio informal.

## 2.5 AS OPORTUNIDADES DE EMPREGO NA ZONA ECONÔMICA ESPECIAL DE NACALA

Com treze anos de implementação, a ZEEN aprovou um total de 182 empresas que, na sua maioria, são de capitais estrangeiros. Destaca-se que três dessas empresas com capitais estrangeiros revogaram o título de ZEEN, e somente 68 empresas estão operacionais.

Com relação aos postos de emprego direto, segundo a APIEX (2022), tanto os empregos previstos como os que foram criados, na sua maioria, estavam destinados aos moçambicanos. Mesmo assim, na ZEEN, a criação de emprego direto ainda constitui um desafio, visto que a margem de diferença entre os postos previstos e os postos criados é bastante significativa, cerca de 30.838 postos de emprego, conforme atesta o gráfico da Figura 2.

**Figura 2** – Emprego direto criado pela ZEEN entre 2009-2020



Fonte: Dados da APIEX (2022).

A indústria têxtil e de confecção, couro e curtume, construção, produção de materiais de construção, indústria cerâmica, montagem de máquinas e linhas de produção e prestação de serviços são as principais atividades desenvolvidas pela ZEEN. O setor de prestação de serviços é o que apresenta o maior número de empresas (APIEX, 2022).

### 3 METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo do estudo, realizou-se uma pesquisa mista do tipo sequencial explanatório. Foram considerados como população de estudo os indivíduos com idade igual ou superior a 21 anos, pois presume-se que os inquiridos desta faixa etária tenham acompanhado a implementação da ZEEN desde 2009, de modo a perceber o contributo da ZEEN na criação de oportunidades de emprego para as comunidades locais, bem como por ser esta idade considerada como o início da fase adulta, de acordo com o Código Civil moçambicano. Na abordagem quantitativa, consideraram-se os critérios estatisticamente recomendados para o cálculo do tamanho de amostra num estudo probabilístico.

Aplicou-se, utilizando o método *Survey*, um questionário na escala de *Likert* para uma amostra de 583 inquiridos (número aceitável dentro do intervalo definido na amostra) que foi extraída de um universo populacional de cerca de 97.034 Agregados Familiares (AF). Nesses Agregados Familiares, foram encontrados cerca de 176.758 indivíduos com idade igual ou superior a 21 anos, sendo 84.839 do sexo masculino e 91.919 do sexo feminino. Por sua vez, considerou-se um total de 985 Áreas de Enumeração (AE), das quais 620 são áreas urbanas e 365 são áreas rurais, de acordo com a projeção de censo de 2020 (MOÇAMBIQUE, 2020).

O tamanho da amostra do estudo, tendo apenas um período de coleta de dados, foi calculado de forma que fosse representativo e que tivesse a precisão aceitável dentro do recomendado, adotando uma taxa de resposta proveniente de estudos anteriores com Agregados Familiares em Nacala.

A maior parte das estimativas desta pesquisa apresenta-se em forma de percentagens, taxas, razões ou proporções. Considerando-se uma amostragem aleatória simples, a dimensão inicial obteve-se pelas fórmulas:

$$n_0 = Z_{\alpha/2}^2 \frac{p * (1 - p)}{e^2}$$

Onde:

**n<sub>0</sub>** = Tamanho inicial da Amostra usando a amostragem simples;

**Z** = Intervalo de Confiança (IC 95 % = 1,96);

**P** = 0.500 (Estimativa de indivíduos de 21 anos de idade nas áreas abrangidas pela Zona Económica Especial de Nacala, conforme o Censo de 2107);

**(1P)** = 0.500 (Estimativa de indivíduos com menos de 21 anos de idade na Zona Económica Especial de Nacala, conforme o Censo de 2107);

**e** = Margem de erro (fixado em 0.05 em cada domínio para equilibrar a realidade da pesquisa com os custos e a precisão das estimativas).

A fórmula acima é a dimensão da amostra considerada suficiente para conseguir a precisão e o nível de confiança desejados. Fazendo  $Z = 1.96$  para um Intervalo de Confiança de 95% e 0,05 de precisão para cada domínio de análise, com o valor de  $P = 0.405$  e  $Q = 0.595$  e com uma variância de

0.2410, tem-se, em média, 370 indivíduos de 21 anos de idade ou mais, para esse domínio, com uma amostra que varia de 352 a 389 indivíduos de 21 anos de idade ou mais, com uma precisão estimada entre 0.0512 e 0.0488, respetivamente. A esse tamanho inicial da amostra foi aplicado o efeito de desenho da amostra, conforme a fórmula abaixo:

$$n_1 = n_0 * DEEF$$

Onde:

**$n_1$**  = Tamanho da Amostra com DEEF;  
 **$n_0$**  = Tamanho da Amostra inicial;  
**DEEF** = Efeito de desenho da amostra.

Portanto, ao aplicar o efeito de desenho da amostra de 1,4 ao tamanho inicial, para além do DEEF, para melhorar o tamanho da amostra, houve a necessidade de considerar outra medida estatística, que é a taxa de resposta baseada em estudos de AFs realizados em Nacala. Essa medida estatística inclui as possíveis perdas, e nesse contexto, foi aplicada uma taxa de resposta de 90% segundo a formula abaixo:

$$n_2 = n_1/TR$$

Onde:

**TR** = Taxa de resposta (fixada em 90%);  
 **$n_1$**  = Tamanho da Amostra com DEEF;  
 **$n_2$**  = Tamanho da Amostra com taxa de resposta

Tem-se, aplicando a taxa de resposta de 90% no tamanho da amostra, uma amostra estatisticamente aceitável de 576 adultos de 21 anos de idade ou mais, com uma precisão estimada de 0.0408, portanto, a amostra deste estudo deve variar de 553 a 599 adultos de 21 anos de idade ou mais, com uma precisão que varia de 0.0409 a 0.0393, respetivamente. Com esse tamanho de amostra aplicou-se uma taxa de 14 AFs por AE.

A seleção dos sujeitos da pesquisa realizou-se em três etapas. Na primeira etapa, estabeleceu-se comunicação com os Secretários dos Bairros das Áreas de Enumeração com base na lista facultada pelos Governos Distritais de Nacala Porto e Nacala-a-Velha. Chegando à casa do Secretário do Bairro, este apresentou a pesquisadora aos chefes dos quarteirões. Na companhia dos chefes dos quarteirões, fez-se o pré-aviso às comunidades e o reconhecimento dos limites da AE selecionada.

Além de levar em conta os limites indicados pelos chefes dos quarteirões, usou-se o *software Givsig*, um aplicativo que permitiu localizar os limites territoriais das áreas selecionadas e, com o

auxílio do GPS, confirmou-se os limites de cada área, de modo a não ultrapassar a Área de Enumeração indicada na definição da amostra. Na segunda etapa, listou-se o total dos Agregados Familiares na folha de seleção. Em cada AE, selecionaram-se 14 AF, sendo inquiridos os indivíduos com idade igual ou superior a 21 anos.

Feita a listagem dos AF, forneceu-se a lista aos chefes dos quarteirões dos indivíduos elegíveis e marcou-se o encontro na data, hora e no local de entrevista à escolha dos inquiridos. Na última e terceira etapa, inquiriu-se os sujeitos da pesquisa. Em média, a entrevista teve a duração de uma (1) hora para cada inquirido. A análise bivariada foi a técnica utilizada para a análise de dados, usando-se o pacote estatístico denominado *Statistics Package for the Social Science* (SPSS) com o auxílio do programa em Excel.

Quanto aos constrangimentos da pesquisa, tanto em Nacala-Porto como em Nacala-a-Velha chovia bastante durante o período vespertino, com início a partir das 13 ou 14 horas do dia. Para contornar esta situação, houve a necessidade de iniciar a pesquisa mais cedo, por volta das 6h.

No que concerne às limitações, importa referenciar que o tamanho da amostra do presente estudo foi desenhado sem reposição, de modo que a coleta de dados ocorreu em período único, não havendo interrupção, mesmo com o constrangimento ocasionado pelas chuvas.

Na abordagem qualitativa, recorreu-se ao Estudo de Caso a fim de descrever as percepções dos sujeitos da pesquisa. Para a seleção dos sujeitos da Fase-II, aplicou-se o método de amostragem não probabilístico do tipo intencional.

Com o objetivo de aprofundar a informação coletada na abordagem qualitativa, foram convidados, aleatoriamente, 34 indivíduos a partir da taxa dos 14 Afs selecionados anteriormente, conforme a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Características dos entrevistados na Fase-II

		Sexo dos entrevistados		Total
		Masculino	Feminino	
<b>Categorias etárias</b>	<b>21-35</b>	1	3	<b>4</b>
	<b>36-50</b>	3	9	<b>12</b>
	<b>51-65</b>	4	5	<b>9</b>
	<b>66-80</b>	2	7	<b>9</b>
<b>Total</b>		<b>10</b>	<b>24</b>	<b>34</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O convite aleatório obedeceu alguns critérios de seleção, como referem Glaser e Strauss (1967), dentre os quais: o gênero, a categoria etária, a aproximação com o local da entrevista, o fato de ser residente na área do domínio de análise há mais de 10 anos e a disponibilidade em participar da fase II da pesquisa. A entrevista em profundidade foi a técnica usada para a coleta de dados.

Para a análise de dados, recorreu-se à técnica de Análise do Discurso, pois esta técnica permitiu captar, dos sujeitos da pesquisa, as marcas linguísticas e não linguísticas dos seus discursos e relacioná-las com o contexto sócio-histórico deles.

Diferentemente dos constrangimentos identificados na fase quantitativa, na coleta de dados qualitativos registrou-se a dificuldade de encontrar os inquiridos durante o dia, pois essa atividade foi feita num período religioso marcado por jejum. Ao longo do dia, enquanto ocorria o jejum, as pessoas tornavam-se mais fechadas. Acredita-se que isto tinha relação com o momento de oração, que era presente no dia-a-dia dos sujeitos da pesquisa, e que este ato exigia mais concentração por parte dos entrevistados. Para ultrapassar este constrangimento, passou-se a realizar as entrevistas no princípio da noite, após o término do jejum religioso.

Não obstante se ter feito separadamente a análise das abordagens quantitativas e qualitativas, num estudo misto, é necessário integrar as duas abordagens numa única análise. Esta integração ocorreu na fase da interpretação dos resultados, com o objetivo de complementar e aprofundar a informação recolhida separadamente, de modo a garantir a compreensão do fenômeno em análise, conforme asseguram Creswell e Plano Clark (2011) e Galvão, Pluye e Ricarte (2017).

Para salvaguardar as questões éticas, implementaram-se todas as medidas aprovadas em 1 de dezembro de 2021, no protocolo de pesquisa pelo Comitê Institucional de Bioética em Saúde da Faculdade de Medicina/Hospital Central de Maputo – emenda 2 de 28 de julho de 2014, cujo protocolo está registrado com a referência CIBS FM&HCM/046/2021.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A presente sessão apresenta os resultados obtidos ao longo do trabalho de campo.

### **4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Para a descrição da amostra, levou-se em conta a abordagem de Giddens (1991) ao afirmar que a percepção dos indivíduos não é estática, mas sim, um processo cognitivo, subjetivo, que resulta das suas reflexões baseadas no sexo, na idade, no nível de escolaridade, nas suas origens, nos seus recursos econômicos, nos seus valores e nas suas crenças, conjugadas com as posições e os papéis desempenhados por estes indivíduos. Neste caso, para este trabalho, selecionou-se, por conveniência, as variáveis sexo e idade, por se julgar mínimas para caracterizar o perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa.

### **4.2 ABORDAGEM QUANTITATIVA (FASE-I)**

Nesta fase, as evidências são ilustradas em tabelas. Nas tabelas de contingências geradas pelo SPSS com o auxílio do Excel são analisadas as percentagens entre variáveis.

Tabela 2 – Perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa

	Sexo dos inquiridos		Total	
	Masculino	Feminino		
<b>Categorias etárias</b>	<b>21-35</b>	19.2	29.8	49.1
	<b>36-50</b>	13.6	17.5	31.0
	<b>51-65</b>	7.5	7.5	15.1
	<b>66-80</b>	2.2	2.6	4.8
<b>Total</b>	<b>42.5</b>	<b>57.5</b>	<b>100.0</b>	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 2 mostra que, do total dos inquiridos, aproximadamente 43% são do sexo masculino e cerca de 57,5% são do sexo feminino. Também se percebe, na mesma tabela, que cerca de 80% pertencem à faixa etária de 21-35 anos, revelando que os residentes de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha são, na sua maioria, do sexo feminino, e estão na idade economicamente ativa. A diferença de proporção do sexo masculino e feminino e da população majoritariamente ativa é consistente com os dados do Relatório do Censo da População e Habitação de 2017 para os Distritos de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha<sup>3</sup>.

#### 4.3 PERCEPÇÃO SOBRE O EMPREGO CRIADO NA ZONA ECONÔMICA ESPECIAL DE NACALA PARA AS COMUNIDADES LOCAIS

Um dos maiores pressupostos que justificam a criação de zonas econômicas especiais é o registro de aumento de oferta de emprego (SINGH,2010; JAYANTHAKUMARAN, 2003; BLOMSTRÖM; KOKKO;1998). Aliás, é também um dos objetivos assumidos no Decreto nº 76, de 18 de dezembro de 2007, quando da criação da ZEEN, que se tomou como sendo um instrumento de transformação socioeconômica local por meio da oferta de emprego para a população da região.

Para analisar a empregabilidade da ZEEN, considerou-se pertinente buscar saber qual o nível de escolarização das comunidades locais, pois a educação é vista como um dos principais determinantes da pobreza e do bem-estar em Moçambique, de acordo com o Relatório do Censo da população e Habitação de 2017. Os indivíduos com níveis de educação mais elevados têm uma maior possibilidade de obter emprego formal e de assegurar um rendimento razoavelmente melhor.

Assim, questionou-se os entrevistados sobre o nível de escolaridade concluído. Os dados revelam que aproximadamente 73% dos sujeitos da pesquisa estão entre os que não têm qualquer instrução e/ou os que têm apenas o ensino primário. Estes dados permitem aferir que a empregabilidade para as comunidades dos Distritos de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha é limitada. O sistema do ensino técnico em Nacala-Porto e Nacala-a-Velha não prepara os jovens para as oportunidades industriais criadas pela ZEEN, pelo fato de apenas um mínimo de 4% do total dos inquiridos ter cur-

3 De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (MOÇAMBIQUE, 2017). Dados do Censo da população e Habitação de 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz>. Acesso em: 15 set. 2022.

sado o ensino técnico. Do total dos inquiridos, cerca de 80% são elegíveis ao emprego, pois estão na idade economicamente ativa (TABELA 3).

Tabela 3 – Nível de escolaridade vs idade dos sujeitos da pesquisa

Categoria etária	Nenhum	Agrupamento de nível de escolaridade concluído				Total
		Ensino Primário	Ensino Secundário	Ensino Técnico	Ensino Superior	
<b>21-35</b>	<b>13.2</b>	12.6	14.5	3.1	0.3	<b>49.1</b>
<b>36-50</b>	<b>12.1</b>	18.0	5.5	0.9		<b>31.0</b>
<b>51-65</b>	<b>6.5</b>	6.4	2.2			<b>15.1</b>
<b>66-80</b>	<b>2.7</b>	1.9	0.2			<b>4.8</b>
<b>Total</b>	<b>34.5</b>	<b>38.9</b>	<b>22.3</b>	<b>4.0</b>	<b>0.3</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Percebe-se, na Tabela 3, que há uma diferença significativa entre os ensinos secundário, técnico e superior. Quanto maior for o nível de escolarização, menor é o número dos indivíduos que frequentaram os níveis, sobretudo técnico e superior.

Esta diferença significativa, em termos de níveis de educação dos indivíduos da pesquisa é coerente com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo em vista que o Censo de 2017 apresentava elevadas taxas de analfabetismo, sendo de 48% em Nacala Porto e 74% em Nacala-a-Velha a taxa de indivíduos sem formação técnico-profissional.

Como salienta Rizwana (2009), a educação é a chave para a modernização e um catalisador para o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. Para esta autora, a educação exerce um papel preponderante na qualidade do emprego dos indivíduos. Assim, o Estado, ao adotar as ZEE como um instrumento de transformação socioeconômica de uma região, através de criação de emprego para as comunidades locais, deve, primordialmente, promover, em várias áreas, os cursos de formação técnico-profissional para as comunidades locais. Estas formações permitirão que as comunidades locais tenham acesso aos empregos diretos e/ou empregos indiretos, valorizando, desse modo, o capital humano local.

Com o objetivo de analisar o impacto da ZEE na oferta de emprego, questionou-se aos inquiridos sobre o aumento do número de vagas de emprego no distrito no período de 2009-2020. O resultado encontra-se registrado na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Percentagem da percepção dos inquiridos sobre o número de vagas de emprego no seu distrito

<b>C33. Percepção dos inquiridos sobre o aumento do número de vagas de emprego no seu distrito entre 2009 -2020</b>						
	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Indiferente</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo plenamente</b>	<b>Total</b>
<b>21-35</b>	5.9	3.7	0.1	29.3	8.7	<b>49.1</b>
<b>36-50</b>	2.6	3.4	0.1	19.6	5.8	<b>31.0</b>
<b>51-65</b>	2.1	1.9	0.2	8.3	2.7	<b>15.1</b>
<b>66-80</b>	1.3	0.3	0.2	2.7	1.0	<b>4.8</b>
<b>Total</b>	<b>11.9</b>	<b>9.3</b>	<b>0.6</b>	<b>59.9</b>	<b>18.2</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Os dados da Tabela 4 revelam que aproximadamente 78% dos sujeitos da pesquisa concordam que o número de vagas de emprego nos Distritos de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha aumentaram com a criação da ZEEN. Estes dados permitem aferir que uma ZEE pode ser um instrumento de desenvolvimento socioeconômico através da criação de emprego para a população, conforme defendem os autores, como Singh (2004), Jayanthakumaran (2003), Blomström e Kokko (1998), Chen (1993), os quais afirmam que países com ZEE registram aumentos significativos de oferta de emprego para a população local. Para estes autores, o emprego traz benefícios sociais e econômicos.

Com o intuito de aferir se as oportunidades de emprego criadas pela ZEEN se destinavam às comunidades locais, como foi assumido no Decreto nº 76, de 18 de dezembro de 2007, quando da criação do projeto, perguntou-se aos entrevistados se, na sua percepção, a presença da ZEEN possibilitou a criação de oportunidades de emprego para as comunidades locais. As respostas revelam uma discordância quanto ao fato de que os empregos tenham sido direcionados para as comunidades locais. A Tabela 5 a seguir traz os dados obtidos.



Tabela 5 – Percentagem da percepção dos inquiridos sobre o emprego criado na ZEEN para as comunidades locais

<b>Percepção dos inquiridos sobre o emprego criado na ZEEN para as comunidades locais</b>							<b>Total</b>
<b>Categoria etária</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Indiferente</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo plenamente</b>		
<b>21-35</b>	1.7	1.9	0.9	12.7	2		<b>17.2</b>
<b>36-50</b>	7.8	5.1	0.7	8.3	1.7		<b>23.6</b>
<b>51-65</b>	9.3	20.1	0.3	2.2	0.5		<b>34.4</b>
<b>66-80</b>	10.6	13	0.2	0.7	0.3		<b>24.8</b>
<b>Total</b>	<b>11.9</b>	<b>9.3</b>	<b>0.6</b>	<b>59.9</b>	<b>18.2</b>		<b>100.0</b>

Fonte: Dados de pesquisa (2022).

A Tabela 5 mostra que cerca de 69.5% dos inquiridos afirmam que o emprego criado na ZEEN não se destina majoritariamente para as comunidades locais. A percentagem dos inquiridos sem nenhuma instrução e/ou apenas com o ensino primário e a percentagem dos que percebem que o emprego criado na ZEEN não se destina majoritariamente para as comunidades locais é maior para as duas variáveis.

O posicionamento dos sujeitos da pesquisa corrobora a tese defendida por Farole e Sharp (2017), de que as empresas que operam em ZEE, pelo fato de utilizarem alta tecnologia, não são capazes de oferecer empregos suficientes à população local para eliminar a pobreza e criar um ambiente de desenvolvimento da região; ainda conforme Santos (2003), as ZEE são geralmente implantadas em regiões pouco desenvolvidas, onde a população tem baixo nível de escolaridade, e como as empresas usam altas tecnologias, isto não sincroniza com as capacidades e habilidades da população local.

Com o objetivo de aprofundar e compreender as razões pelas quais o emprego criado na ZEEN não está sendo significativamente ocupado pelas comunidades locais, avançou-se com a abordagem qualitativa.

#### 4.4 ABORDAGEM QUALITATIVA (FASE-II)

Nesta fase, perguntou-se aos entrevistados quais eram as razões da contratação de trabalhadores de fora da ZEEN. Na percepção da maioria dos entrevistados, o baixo nível de escolaridade da maior parte dos indivíduos de Nacala, a escassez de mão de obra qualificada e especializada e a falta de

hábito de trabalho formal têm sido as razões da contratação de trabalhadores de fora dos distritos de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha. Os indivíduos provenientes dos Distritos de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha são em menor número e assumem posições subalternas na ZEEN, conforme sustentam os excertos, aqui apresentados, dos depoimentos de alguns entrevistados:

[...] Essas empresas têm criado oportunidade de emprego, mas tenho minhas dúvidas de que o emprego criado é para as comunidades locais (Silênciodepois um humm, franzindo a testa), pois os jovens daqui continuam a ir à pesca, machamba, vivem de “negócios”, fazem táxi de motorizada. Os que trabalham nessas empresas são agentes de segurança, serviços de carga e descarrega de mercadoria, jardineiros, serventes (E15, M, 72 anos, Nacala-a-Velha).

[...] Há uns dois jovens que conheço que são engenheiros no portomas esses estudaram em Maputo (interrompeu a fala depois de longa pausa) e jovens daqui não aguentam trabalhar para o patrão e receberem no final de mês “quer ganha, ganha” (expressão repetida mais de três vezes). (E23, F, 67 anos, Nacala-Porto).

Constata-se que, analisando os excertos das entrevistas, há um reconhecimento, por parte dos sujeitos da pesquisa, de que a ZEEN cria empregos, todavia, não há dúvidas de que os postos criados para as comunidades locais são subalternos pelas razões já levantadas. O gesto de franzir a testa pode ser interpretado como sinal de afastamento total e discordância com a ideia de que a ZEEN contrata, na sua maioria, a mão de obra local. As pausas, introduzidas no meio da entrevista, reafirmam a discordância relativamente ao papel da ZEEN na promoção de emprego para as comunidades locais.

Portanto, este posicionamento dos sujeitos alia-se à tese defendida por Farole e Sharp (2017), ao afirmarem que o objetivo da criação de emprego para os locais pode não ser alcançado, pois as empresas das ZEE utilizam tecnologias de ponta que exigem mão de obra qualificada e especializada.

Quando questionados sobre a informação adicional relacionada com o contributo da ZEEN no emprego para as comunidades locais, os entrevistados foram unânimes em afirmar que, além dos cursos ministrados nas universidades e em outras instituições de ensino, o Estado, fiscal e regulador de programas de zonas econômicas especiais, juntamente com as empresas das ZEE, poderia promover cursos de formação técnico-profissional em diferentes áreas. Esta ação permitiria que as comunidades locais tivessem acesso ao emprego, pelo menos, na fase de construção das infraestruturas.

## 5 FASE DA INTEGRAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

### 5.1 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS INQUIRIDOS SOBRE O CONTRIBUTO DA ZEEN NO EMPREGO

Quadro 1 – Integração dos resultados quantitativos e qualitativos

Item analisado	Resultados quantitativos	Resultados qualitativos	Aprofundamento/complementaridade
Emprego criado na ZEEN para as comunidades locais	Cerca de 69.5%, somados entre os inquiridos que discordam totalmente e os que discordam, afirmam que o emprego criado na ZEEN não se destina majoritariamente para as comunidades locais	A maioria dos entrevistados reconhece que o emprego criado na ZEEN, na maior parte das vezes, não é ocupado pelas comunidades locais	Há uma convergência dos resultados quantitativos e qualitativos em relação ao emprego criado na ZEEN. Este posicionamento é sustentado pela tese defendida por Farole e Sharp (2017) e com a opinião de Santos (2003). Entretanto, os resultados qualitativos aprofundam os dados da pesquisa quantitativa, pois apontam as razões pelas quais as empresas da ZEEN não contratam, na sua maioria, a mão de obra proveniente das comunidades locais.

Fonte: Adaptada de Creswell (2010).

## 6 CONCLUSÃO

O presente estudo procurou analisar a percepção que os indivíduos têm sobre o contributo da Zona Econômica Especial de Nacala na criação de emprego para as comunidades locais. Do ponto de vista do Governo, a ZEEN parece revelar-se um instrumento de base local eficaz e oportuno no que concerne à criação de emprego para as comunidades locais (SINGH, 2010; BLOOMSTRÖM; KOKKO, 1998).

Entretanto, a Zona Econômica Especial de Nacala não tem alcançado os objetivos obtidos na República Dominicana, nas Ilhas Maurício, em Madagáscar, na China, entre outros contextos. Na percepção de 69.5% dos indivíduos de Nacala que foram entrevistados, as oportunidades de emprego criadas na ZEEN não são majoritariamente destinadas às comunidades locais, pois exige-se uma mão de obra qualificada e especializada, bastante rara entre os membros das comunidades locais dos Distritos de Nacala-Porto e Nacala-a-Velha. Mesmo que a ZEEN disponha em abundância de mão de obra, esta tem baixo nível de escolaridade e há falta de hábito de trabalho formal.

Face à fraca oferta de emprego para as comunidades locais, por um lado, os cidadãos poderiam aproveitar as dinâmicas de emprego indireto oferecidas pela ZEEN, criando pequenas associações, cooperativas e micro, pequenas e médias empresas, como uma forma de participação ativa e efetiva nos projetos de desenvolvimento, beneficiando-se das oportunidades resultantes da implantação da ZEE naquela região (JESUS, 2016). Por outro lado, o Governo deveria criar programas de formação técnico-profissional especializada e certificada para a promoção do capital humano.

## REFERÊNCIAS

AGGARWAL, Aradhna. Special Economic Zones: revisiting the policy debate. **Economic And Political Weekly**, Mumbai, v. 41, n. 43-44, p. 4533-4566, nov. 2006.

APIEX – Agência para a Promoção de Investimento e Exportação. **Relatório de monitoria das atividades das zonas econômicas especiais de Moçambique: 2009-2020**. Maputo: APIEX, 2022.

BLOMSTRÖM, Magnus; KOKKO, Ari. Foreign Investment as a Vehicle for International Technology Transfer. *In*: NAVARETTI, Giorgio Barba *et al* (ed.). **Creation and Transfer of Knowledge: institutions and incentives**. Berlim: Springer, 1998. p. 279-311. DOI: [https://doi.org/10.1007/978-3-662-03738-6\\_14](https://doi.org/10.1007/978-3-662-03738-6_14).

BOYENGE, Jean-Pierre Singa. **ILO database on export processing zones (Revised)**. Genebra: International Labour Office (ILO), 2007. 31 p. Working paper (International Labour Organization. Sectoral Activities Programme); WP251. Disponível em: [https://ilo.primo.exlibrisgroup.com/discovery/fulldisplay/alma993989593402676/41ILO\\_INST:41ILO\\_V2](https://ilo.primo.exlibrisgroup.com/discovery/fulldisplay/alma993989593402676/41ILO_INST:41ILO_V2). Acesso em: 7 out. 2022.

CHEN, Xiangming. The New Spatial Division of Labor and Commodity Chains in the Greater South China Economic Region. *In*: GEREF, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (ed.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Praeger Publishers, 1994. p. 165-186.

CRESWELL, John Ward; CLARK, Vicki L. Plano. **Designing and Conducting Mixed Methods Research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2011.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DADÁ, Yasser Arafat; NOVA, Yara. Polos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: o caso de Nacala-Porto. **Observador rural**: documento de trabalho, Maputo, n. 67, p. 1-23, out. 2018. Publicação não periódica de distribuição institucional e individual do Observatório do Meio Rural ([www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)). Disponível em: <https://omrmz.org/observador/or-67-polos-de-crescimento-e-os-efeitos-sobre-a-pequena-producao-o-caso-de-nacala-porto/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

FAROLE, Thomas. *Special Economic Zones in Africa: comparing performance and learning from global experience*. Washington (DC): The International Bank For Reconstruction And Development / The World Bank, 2011. 328 p. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/8fb20e3d-7672-5304-9517-2f4f9dbc2539>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FAROLE, Thomas; SHARP, Matthew. **Spatial Industrial Policy, Special Economic Zones, and Cities in South Africa**. Pretória: National Treasury, 2017. 32 p.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; PLUYE, Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 4-24, out. 2017. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879>. Acesso em: 13 set. 2022.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. 5. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1991.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.

JAYANTHAKUMARAN, Kankesu. Benefit-Cost Appraisals of Export Processing Zones: a survey of the literature. **Development Policy Review**, Londres, v. 21, n. 1, p. 51-65, fev. 2003.

JENKINS, Mauricio; LARRAIN, Felipe; ESQUIVEL, Gerardo. **Export Processing Zones in Central America**. Cambridge (EUA): Harvard Institute for International Development, 1998. 57 p. (Development Discussion Papers - Central America Project Series). Development Discussion Paper No. 646.

JESUS, António de. **Desenvolvimento local: as dinâmicas dos actores sociais no contexto cabo-verdiano**. Praia: Livraria Pedro Cardoso, 2016.

KUSAGO, Takayoshi; TZANNATOS, Zafiris. **Export Processing Zones: a review in need of update**. Washington (DC): The World Bank, 1998. *Social Protection Discussion Paper No. 9802*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/194361469672186226/pdf/200460REVISED0Box385311B00PUBLIC009802.pdf>. Acesso em: 2 set. 2022.

MADANI, Dorsati. **A Review of the role and impact of export processing zones**. Washington (DC): The World Bank, 1999. 108 p. Policy Research Working Paper No. WPS 2238. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/789981468766806342/a-review-of-the-role-and-impact-of-export-processing-zones>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 76, de 18 de dezembro de 2007. Aprova a criação da Zona Económica Especial de Nacala. **Boletim da República**, Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, n. 50, I série, 8º suplemento, p. 73, 18 dez. 2007.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 3, de 24 de junho de 1993. Legislação sobre Investimentos em Zonas Económicas Especiais e Zonas Francas Industriais. **Boletim da República**, Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, n. 25, I série, suplemento, p. 7-13, 24 jun. 1993.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística (INE). **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: Resultados Definitivos – Moçambique**. Maputo: INE, 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

RIZWANA, A. Education vs enlightenment=empowerment: Mahila Samakhya, Lucknow. **Women's Link**, v. 15, n. 3, p. 10-13, jul./set. 2009.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

SIDDIQUE, Farasat Ali; HUSSAIN, Nazmul. Gender, Religion and Educational Attainment: A Micro Level Analysis of Malda District of West Bengal. **Man & Development Journal**, v. 32, n. 2, p. 33-52, jun. 2010.

SINGH, Mandeep; KAUR, Harvinder. **Economic Development of Haryana**. Nova Delhi: Deep & Deep Publications, 2004.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. **World Investment Report: investment and new industrial policies**. United Nations Publication, 2018. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/wir2018\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/wir2018_en.pdf). Acesso em: 18 set. 2022.

---

**Recebido em:** 3 de Dezembro de 2022

**Avaliado em:** 25 de Abril de 2023

**Aceito em:** 3 de Maio de 2023

---



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2023 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

---

1 Assistente Universitária; Doutoranda em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM).  
E-mail: [ameliamachava26@gmail.com](mailto:ameliamachava26@gmail.com)

2 Doutor pela Freie Universität Berlin, Alemanha; Professor associado da Universidade Eduardo Mondlane – UEM.  
E-mail: [squive2002@yahoo.com.br](mailto:squive2002@yahoo.com.br)

